

TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2021

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR065962/2020

NÚMERO DO PROCESSO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 10170.100074/2020-07

DATA DE REGISTRO DA CONVENÇÃO COLETIVA PRINCIPAL: 21/01/2020

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE AQUIDAUANA MS, CNPJ n. 15.388.622/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DOUGLAS RODRIGUES SILGUEIRO;

E

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ n. 15.461.676/0001-50, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDISON FERREIRA DE ARAUJO;

celebram o presente TERMO ADITIVO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de novembro de 2019 a 31 de outubro de 2021 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Termo Aditivo de Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS DO COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA**, com abrangência territorial em Bodoquena/MS, Bonito/MS, Guia Lopes da Laguna/MS, Jardim/MS, Miranda/MS e Nioaque/MS.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

3.01 DATA BASE 01.11.2019

O PISO SALARIAL (Salário Normativo) desta categoria profissional a partir de 01/11/2019, não será inferior a R\$ 1.142,00 (hum mil cento e quarenta dois reais).

Parágrafo 1º. Aos empregados que recebem remuneração variável, a exemplo dos comissionados, fica assegurado como garantia mínima o salário de que trata a presente Cláusula.

Parágrafo 2º. Em nenhuma hipótese o salário fixo do trabalhador com salário misto, fixo mais

comissão poderá ser inferior ao piso da categoria.

Reajustes/Correções Salariais

REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados no comércio nos municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Miranda e Nioaque terão correção salarial em 01/11/2020 data base da categoria, à título de aumento da data base, aplicando-se 3,5% (três vírgula cinco por cento), sobre os salários vigentes em 31/10/2019, acima do piso salarial.

Parágrafo 1º. Serão compensados os reajustes concedidos à título de antecipação, salvo os decorrentes de promoção, equiparação salarial, término de aprendizagem, merecimento e o aumento real;

Parágrafo 2º. Após os devidos cálculos, o resultado será arredondado para o R\$ inteiro mais próximo, assim como, durante a vigência da presente Convenção, nas antecipações ou reajustes que ocorrem o procedimento será idêntico.

3.01 DATA BASE 01.11.2020

O PISO SALARIAL (Salário Normativo) desta categoria profissional a partir de 01/11/2020, não será inferior a R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Parágrafo 1º. Aos empregados que recebem remuneração variável, a exemplo dos comissionados, fica assegurado como garantia mínima o salário de que trata a presente Cláusula.

Parágrafo 2º. Em nenhuma hipótese o salário fixo do trabalhador com salário misto, fixo mais comissão poderá ser inferior ao piso da categoria.

Reajustes/Correções Salariais

REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados no comércio nos municípios de Bodoquena, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Miranda e Nioaque terão correção salarial em 01/11/2020 data base da categoria, à título de aumento da data base, aplicando-se 4,7706% (quatro por cento , sete mil, setecentos e seis residuais de percentual) sobre os salários vigentes em 31/10/2020, acima do piso salarial.

Parágrafo 1º. Serão compensados os reajustes concedidos à título de antecipação, salvo os decorrentes de promoção, equiparação salarial, término de aprendizagem, merecimento e o aumento real;

Parágrafo 2º. Após os devidos cálculos, o resultado será arredondado para o R\$ inteiro mais próximo, assim como, durante a vigência da presente Convenção, nas antecipações ou reajustes que ocorrem o procedimento será idêntico.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos



CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO- FORMAS E PRAZOS

DESCONTO SALARIAIS

CONFERÊNCIA DE CAIXA

A conferência dos valores em caixa será realizado pelo operador responsável, quando este for impedido pelo empregador de acompanhar a conferência, ficará isento de qualquer responsabilidade por erro verificado.

- CHEQUES

As empresas não descontarão da remuneração de seus empregados as importâncias correspondentes a cheques sem fundo, por estes recebidos quando na função de Caixa, vendedores ou Serviços assemelhados, uma vez cumpridas as normas da empresa, que deverão ser por escrito e constando da mesma, obrigatoriedade da existência de responsável para o visto em cheque no ato de seu recebimento.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

RETIRADA DE CAIXA

No decorrer do expediente, a retirada de qualquer valor no caixa, seja por Gerente ou Encarregado de Caixa, deverá ser comprovada de alguma forma que assegurará a responsabilidade.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA QUINTA - ISONOMIA SALARIAL

Admitido empregado para a função de outro dispensado ou promovido, será garantido a este salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

Parágrafo Único. Não poderá o empregado mais novo na empresa receber salário superior ao mais antigo na mesma função.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA SEXTA - 13º SALÁRIO

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E 13º SALÁRIO

O 13º salário dos empregados que recebem comissão variável, será calculado pela média das variáveis nos últimos 12 (doze) meses, considerando-se como último aquele que tenha sido trabalhado mais de 15 dias, acrescida quando for o caso da remuneração fixa do último mês;

Parágrafo 1º. O pagamento do 13º. salário deverá ser feito nos seguintes prazos:

- a) a primeira parcela até 30 de Novembro;
- b) a segunda parcela até 20 de Dezembro.

Parágrafo 2º. Quando o pagamento se referir ao 13º salário devido no mês de dezembro, o último mês a ser até 30 de Novembro;

b) a segunda parcela até considerado para cálculo da média das variáveis, será o próprio mês de dezembro, desde que trabalhado mais de 15(quinze) dias;

Parágrafo 3º. O pagamento do complemento do 13º salário dos que recebem variáveis a exemplo dos comissionados, terá que ser feito impreterivelmente até o quinto dia útil do mês de janeiro do exercício.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

No caso de eventual execução de horas extras de segunda-feira à sábado (exceto os feriados) não poderá ultrapassar 2 (duas) horas diárias (Artigo 59 CLT), será remunerada com 60% (sessenta por cento), caso haja necessidade imperiosa que exija ser ultrapassado as 2 (duas) horas será remunerado esse excedente em 80% (oitenta por cento);

Parágrafo 1º. É devida a remuneração do repouso semanal dos feriados e domingos aos empregados comissionados incidindo também sobre a remuneração das horas extras efetivamente trabalhadas.

Parágrafo 2º. Qualquer que seja o regime de prorrogação de trabalho extraordinário, após o término da jornada normal terá um período de repouso de 00:15 (quinze) minutos, no mínimo, sem compensação;

Parágrafo 3º. Os empregados receberão lanches gratuitamente, quando estiverem em regime de trabalho extraordinário.

Parágrafo 4º. Será considerado como trabalho extraordinário para efeito do parágrafo segundo, a prorrogação por período superior a 50 minutos.

Parágrafo 5º. O não fornecimento de lanche, na forma dos parágrafos segundo e terceiro da presente cláusula, implicará em indenização de R\$ 8,00 (oito) reais, por dia de incidência.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA OITAVA - AUXÍLIO TRANSPORTE

De acordo com a Lei 7418/85 e 7619/87, as empresas obrigam-se a fornecer "VALE TRANSPORTE" e seus empregados contra recibo na forma do Decreto nº 95.247/87.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL



A assistência às rescisões de contrato de trabalho dos empregados representados pelo Sindicato Laboral, com mais de um ano de serviço na empresa, e nas localidades onde a mesma mantiver convênio com Sindicatos ou Delegacia Sindical com delegação de poderes da entidade laboral, deverá ser prestada pelos Delegados Sindicais nessas localidades citadas. Nas cidades de Aquidauana e Anastácio, a assistência deverá ser prestada na sede da entidade, ou seja, no Sindicato dos Empregados no Comércio de Aquidauana.

PRAZO PARA RESCISÃO

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação dos empregados, deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

a) Até o décimo dia, da notificação da demissão, pedido de demissão ou término de aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

Parágrafo Primeiro: A inobservância do disposto na presente cláusula sujeitará o infrator ao pagamento de multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário remuneração, multa e saldo rescisório devidamente corrigidos pelo índice da variação de correção de débito trabalhista LTR. Salvo quando comprovadamente o empregado der causa à mora.

Parágrafo Segundo: Fica ressalvado que quando não comparecer o empregado para homologação, o empregador deverá comunicar o fato à Entidade Sindical por escrito, no último dia que deveria ser feito o acerto.

DOCUMENTOS DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

As empresas no ato da Homologação no órgão competente deverão apresentar os seguintes documentos e pessoas habilitadas para tal:

- a) Extrato do FGTS, com saldo atualizado da última correção;
- b) Rescisão do Contrato de Trabalho em 05 (cinco) vias;
- c) Ficha ou livro de Registro de Empregados;
- d) Formulário do Seguro Desemprego quando Dispensado Sem Justa Causa;
- e) CTPS, com as devidas anotações e baixa;
- f) Carta Preposto, quando da ausência do empregador;
- g) Aviso Prévio em 3 (três) vias;
- h) As guias de recolhimento do FGTS, com as RE's e nº da conectividade;
- i) Exame demissional;
- j) Quando empregado for menor, deverá estar acompanhado do responsável legal.

Parágrafo 1º. Fica ressalvado que o não comparecimento do empregado para homologação, o empregador deverá comunicar o fato a Entidade Sindical por escrito, no último dia que

deveria ser feito o acerto.

Parágrafo 2º. A ressalva de direito, porventura existentes, é direito do trabalhador, e que deve ser registrado no ato da homologação.

Parágrafo 3º. Em nenhuma hipótese a entidade quando deixar de fazer a homologação deixar de registrar o motivo pelo qual não o fez, no verso da rescisão ou em termo à parte, o qual possibilitará ao empregador eximir a mora.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA - AVISO PRÉVIO

Qualquer empregado que no curso do Aviso Prévio de sua iniciativa ou da empresa, obtiver novo emprego e provar esta situação por escrito através de declaração do novo empregador, fica dispensado do cumprimento do prazo restante do Aviso Prévio, ficando as partes isentas do pagamento dos dias do aviso prévio não trabalhado.

Parágrafo 1º. A condição do cumprimento ou não em trabalho do Aviso Prévio, deverá ser registrada no documento em questão.

Parágrafo 2º. A média salarial dos empregados com remuneração variável, comissões, horas extras para fins rescisórios, será pela média dos últimos 12 (doze) meses ou proporcional aos meses trabalhados para empregados com menos de um ano de serviço.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E AVISO PRÉVIO

Os empregados que recebem remuneração variável, comissões e horas extras, terão o cálculo para efeito de média as variáveis, dos últimos 12 (doze) meses trabalhados e na existência de salário fixo este será acrescido na média das variáveis.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTANTE

Será assegurada a comerciária GESTANTE a estabilidade provisória no emprego desde a concepção da gravidez, por 5 (cinco) meses após o parto, Inciso II-B, Artigo 10º Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O prazo da licença paternidade é conformidade com o previsto em Lei.

Outras estabilidades

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ACIDENTE DE TRABALHO

O empregado acidentado terá estabilidade provisória de 12 meses após à alta médica independentemente da percepção de auxílio acidente, na forma do Artigo 118 da lei 8213/91.

Parágrafo Único. As empresas obrigam-se a emitir a comunicação de acidente de trabalho - CAT não importando a gravidade do acidente enviando cópia do CAT - ao Sindicato dentro de 15 (quinze) dias da data da ocorrência do acidente. (fundamentos art. 22 §§ 1º, 2º nº 8.213/91

c/c artigo 25 item III do Decreto nº 3.048/99.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - TRABALHO NO FERIADO

O comércio em geral poderá funcionar nos feriados municipais, estaduais, federais entre as 06:00 as 14:00 horas, exceto os feriados de natal, ano novo, 1º de maio (dia do trabalho) e 12 de outubro (dia de Nossa Senhora Aparecida) o comércio permanecerá fechado.

Parágrafo 1º. Para o trabalho nos feriados constantes no "caput" da presente cláusula, será mediante autorização em acordo coletivo firmado com o sindicato representante dos empregados.

Parágrafo 2º. As horas trabalhadas nestes dias não poderão ser compensadas;

Parágrafo 3º. É devida a remuneração do repouso semanal remunerado dos feriados e domingos aos empregados, inclusive comissionistas, incidindo também sobre remuneração das horas extras efetivamente trabalhadas.

Parágrafo 4º. Os empregadores/empresa enviarão ao sindicato dos comerciários até o dia 05 de cada mês, informação mencionando nesta, o nome do empregado e a função de cada um, no feriado a ser trabalhado e a jornada a ser desenvolvida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HORÁRIO DE TRABALHO

A jornada de trabalho semanal dos empregados no comércio será de, no máximo, 44 (quarenta e quatro) horas semanais, podendo a jornada diária ultrapassar 8(oito) horas, de segunda a sexta-feira, observados os limites legais para compensação do sábado.

Parágrafo 1º - A jornada de trabalho dos empregados no comércio varejista e atacadista será das 08:00 as 18:00 horas de segunda a sexta feira e no sábado entre as 08:00 e 14:00 horas, podendo nas vésperas dos dias das mães, Dia dos Namorados e Dia dos Pais, entre as 08:00 às 16:00 horas, quando estes recaírem no sábado.

Parágrafo 3º - Fica estabelecido que as empresas poderão procurar o sindicato representante dos trabalhadores, para acordo coletivo de trabalho, para eventual prorrogação além dos horários citados nos Parágrafos anteriores.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOMINGOS E FERIADOS DAS EMPRESAS DO RAMO ALIMENTÍCIO

1. Quanto aos domingos não compensados, as horas laboradas serão remuneradas com 130% (cento e trinta por cento) sobre o valor/hora da remuneração do trabalhador, observado o limite máximo de 6 (seis) horas.

Parágrafo Único : O trabalho nos dias de domingos terão expediente até às 14:00 horas.

2. O comércio em geral poderá funcionar nos feriados municipais , estaduais, federais entre as 06:00 e 14:00 horas, nos termos do parágrafo 3º, exceto os feriados de natal, ano novo, 1º de maio(dia do trabalho) e 12 de outros(dia de Nossa Senhora Aparecida) quando o comércio

permanecerá fechado.

Parágrafo 1º. Para o trabalho nos feriados constantes no "caput" da presente cláusula os empregados receberão as horas normais trabalhadas nesses dias, remuneradas com o acréscimo de 100%(cem por cento) e uma folga compensatória no prazo máximo de até 15 dias, do feriado trabalhado.

Parágrafo 2º . As horas trabalhadas nestes dias não poderão ser compensadas.

Parágrafo 3º . É devida a remuneração do repouso semanal remunerado dos feriados e domingos aos empregados, inclusive comissionistas, incidindo também sobre remuneração das horas extras efetivamente trabalhadas.

Parágrafo 4º - Os empregadores/empresa enviarão ao sindicato representante dos empregados até o dia 5 de cada mês, informação mencionando nesta, o nome do empregado e a função de cada um, no feriado a jornada a ser desenvolvida;

Férias e Licenças

Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONCESSÃO DE FERIAS

A concessão das férias será participada, por escrito ao empregado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, cabendo a este assinar a respectiva comunicação.

Parágrafo 1º. Nenhuma empresa poderá deixar de conceder férias aos seus empregados dentro do previsto na legislação em vigor;

Parágrafo 2º. Fica facultado ao empregado, gozar suas férias no período coincidente com a época do casamento, desde que faça tal comunicação a empresa, com 60 (sessenta) dias de antecedência.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E FÉRIAS

As férias dos empregados que recebem remuneração variável, comissões e horas extras, serão calculadas pela média mensal das variáveis dos últimos 12(doze) meses anteriores ao início das férias, sendo tal média acrescida quando for o caso, do salário fixo do empregado, relativo ao mês das férias.

Relações Sindicais

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÕES ENTIDADES

1. CONTRIBUIÇÃO LABORAL 2019.2020.

A contribuição assistencial/negocial dos associados da categoria abrangidos e beneficiados pela presente convenção coletiva de trabalho (art. 8º da Constituição Federal, Item III e IV e Art. 462 e letra "e" do artigo 513 da CLT), será descontada pelos empregadores, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Aquidauana, no percentual de 3,5% (três e meio por cento) em Novembro/2019 3,5%(três e meio por cento), em Fevereiro/2020 3,5% (três e meio por cento) em Agosto/2020 percentuais estes que serão aplicados sobre o total

do salário remuneração do trabalhador, limitados a R\$. 75,00 (setenta e cinco reais) por empregado.

Parágrafo Primeiro :Os recolhimentos da Assistencial/Negocial constante no "Caput" da presente Cláusula, deverão ser efetuados até os dias: 10/12/2019, 10/03/2020, 10/07/2020, 10/12/2020, 10/03/2021 e 10/07/2021, em guias fornecidas por esta Federação via email fetacom.cgms@gmail.com, sem nenhum ônus para o empregador. A falta de recolhimento nos prazos previstos acarretará multa de 2% (dois por cento) ao mês de atraso, juros de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização pela SELIC, multa e juros que serão aplicados sobre os valores corrigidos.

Parágrafo 2º. O recolhimento fora do prazo acarretará multa de 2% (dois por cento), e juros de 5% (cinco por cento) ao mês, que serão aplicados sobre os valores a recolher atualizados, encargos estes de responsabilidade das empresas

2. CONTRIBUIÇÃO LABORAL (2020/2021)

A contribuição assistencial/negocial de todos os integrantes da categoria, associados, abrangidos e beneficiados pela presente convenção coletiva de trabalho (art. 8º da Constituição Federal item III e IV e art. 462 e 513, Letra "e" da CLT) será descontada pelos empregadores, a favor da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado de Mato Grosso do Sul, no percentual de 3,5% (três e meio por cento) por competência, sendo o descontos da competência 11.2020, com repasse em 10.01.2021, segundo desconto competência 03.2021, com repasse até 10.04.2021, terceira competência 07.2021, com repasse em 10.08.2021, percentuais estes que serão sobre o salário base do trabalhador, limitado à R\$.80,00 (oitenta reais), por empregado consoante assembleia geral da categoria em 20/09/2019, e, exceto daqueles que apresentarem oposição, em 3(três) vias, ao desconto protocolado no sindicato, dentro do prazo específico em edital publicado pela entidade, com prazo de 10(dez) dias, nos termos 462 da CLT, o desconto sobre o salário do trabalhador é permitido quando previamente estabelecido em instrumento coletivo (acordo ou convenção coletiva de trabalho). O Comitê da Liberdade Sindical da Organização Internacional do Trabalho (OIT) admite a dedução de quotas sindicais dos não associados que se beneficiam da contratação coletiva (Liberdade Sindical: Recopilação de Decisões do comitê de Liberdade Sindical do Conselho de Administração da OIT – Organização Internacional do Trabalho. Brasília : OIT, 1ª ED. 197 §§ 325-326-327)4.

Parágrafo Primeiro :Os recolhimentos da Assistencial/Negocial constante no "Caput" da presente Cláusula, deverão ser efetuados até os dias: 10/12/2019, 10/03/2020, 10/07/2020, 10/12/2020, 10/03/2021 e 10/07/2021, em guias fornecidas por esta Federação via email fetacom.cgms@gmail.com, sem nenhum ônus para o empregador. A falta de recolhimento nos prazos previstos acarretará multa de 2% (dois por cento) ao mês de atraso, juros de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização pela SELIC, multa e juros que serão aplicados sobre os valores corrigidos.

Parágrafo 2º. O recolhimento fora do prazo acarretará multa de 2% (dois por cento), e juros de 5% (cinco por cento) ao mês, que serão aplicados sobre os valores a recolher atualizados, encargos estes de responsabilidade das empresas.

CÓPIAS DAS GUIAS DE CONTRIBUIÇÃO LABORAL

As empresas deverão encaminhar ao Sindicato dos Empregados do Comércio de Aquidauana-MS, dentro de 15 (quinze) dias após o pagamento, cópia das guias de Contribuição Confederativa e Sindical, acompanhadas da relação nominal dos empregados

contribuintes, informando a remuneração e valor descontado dos mesmos.

Parágrafo Único. As empresas deverão anotar na CTPS, na parte de CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, o nome da Entidade Laboral da categoria favorecida e o valor recolhido.

3. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL

As empresas associadas e abrangidas por essa convenção na base territorial de Bodoquena/MS, Bonito/MS, Guia Lopes da Laguna/MS, Jardim, Miranda/MS, e Nioaque/MS, recolherão à Fecomércio/MS, taxa a título de contribuição assistencial patronal, nos termos do Artigo 8º, inciso IV da Constituição Federal e letra "e" do artigo 513 da CLT, devidamente aprovada pelo Conselho de Representantes em 27.09.2019 e 06.11.2020, em impresso próprio fornecido pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul, nos dias 30.05.2020, 30.09.2020, 30.03.2021 e 31.08.2021 conforme decisão devidamente aprovada na Assembleia Geral do Conselho de Representantes, conforme tabela abaixo:

MEI	75,00
EMPRESAS COM ATÉ UM EMPREGADO	100,00
EMPRESAS COM ATÉ DOIS EMPREGADOS	190,00
EMPRESAS COM ATÉ CINCO EMPREGADOS	450,00
EMPRESAS COM ATÉ DEZ EMPREGADOS	560,00
EMPRESAS COM ATÉ 15 EMPREGADOS	730,00
EMPRESAS COM ATÉ 20 EMPREGADOS	850,00
EMPRESAS COM ATÉ 30 EMPREGADOS	1.150,00
EMPRESAS COM ATÉ 50 EMPREGADOS	1.750,00
ACIMA DE 50 EMPREGADOS	2.000,00

PARÁGRAFO UNICO: O atraso no recolhimento nos prazos previstos fica sujeito a multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês. O não recolhimento implicará em cobrança judicial, com os acréscimos pertinentes.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ACORDOS COLETIVOS E QUITAÇÃO ANUAL

A assistência às empresas em eventual quitação anual e acordos coletivos de trabalho, será cobrada custos administrativos as expensas das empresas interessadas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA

CONVÊNIO PARA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

As empresas deverão contratar Plano de Assistência Odontológica para os seus empregados, com desconto do valor integral deste serviço em folha de pagamento, no valor de R\$ 20,49 (vinte reais e quarenta e nove centavos) mensal, por empregado, sendo que os valores serão repassados diretamente para a operadora conveniada com os Sindicatos Convenientes, UNIMED ODONTO, as coberturas deverão ser amplas, em todo o território nacional para todos os procedimentos, definidos no contrato.

PARAGRAFO PRIMEIRO - O empregado poderá recusar a adesão, mediante preenchimento do Termo de Recusa disponibilizado pela operadora do plano odontológico.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os Empregados poderão estender o Plano de Assistência Odontológica para os seus dependentes, mediante solicitação e autorização expressa do desconto do mesmo valor mensal de R\$ 20,49 (vinte reais e quarenta e nove centavos), por dependente.

Rol Ampliado + Complementares de Prótese

Plano com cobertura nacional para todos os procedimentos cobertos, sem taxa de adesão, sem carência, sem coparticipação, e extensivo aos dependentes com mesmo valor do titular, cobertura completa do **Rol Ampliado + Complementares de Prótese**, em todas as especialidades como cirurgia, endodontia, dentística, periodontia, odontopediatria, diagnóstico e radiologia.

Principais coberturas: Urgências (Curativos, reparos e alívio da dor), Cirurgias (Extrações simples e tratamentos cirúrgicos da região buco-maxilo-facial em consultório), Dentística (Restaurações), Diagnóstico (Consulta Inicial), Endodontia (Tratamento de Canal), Odontopediatria (Tratamento para crianças até 14 anos), Periodontia (Tratamento da Gengiva), Prevenção (Orientação, polimento e aplicação de flúor e selantes), Prótese (Coroa provisória e total - metálica e cerômero para dentes anteriores; Núcleo metálico fundido; Coroa provisória e demais procedimentos garantidos pelo Rol ANS).

Radiologia: Panorâmica especial para ATM, Radiografia Panorâmica de mandíbula/maxila (Ortopantomografia) com traçado cefalométrico, Técnica de localização radiográfica, Telerradiografia, Telerradiografia com traçado cefalométrico.

Complementar de prótese: Coroa 3/4 ou 4/5, Coroa total em cerômero (dentes posteriores), Coroa total metalo plástica – cerômero, Coroa total metalo plástica - resina acrílica, Faceta em cerômero, Provisório para faceta, Provisório para inlay/onlay (cerômero), Restauração em cerômero (onlay e inlay), Restauração em resina (indireta) – (onlay e inlay).

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DESVIO DE FUNÇÃO

1. A empresa fica proibida de efetuar carregamento e descarregamento de mercadorias e serviços de faxina ou limpeza, exceto a manutenção e organização de seu posto de trabalho, com utilização de serviços de seus empregados vendedores, caixas e cujas funções são absolutamente incompatíveis e estranhos a sua função de atuação.

2. Os empregados contratados sob regime comissionista puro, isto é, com remuneração exclusivamente advinda de comissões, não poderão ter a sua função acrescida de outras, devendo no contrato de trabalho constar a discriminação de sua função a ser exercida, sob pena de caracterização de desvio de função e pagamento de multa estipulada para descumprimento desta convenção coletiva.

Disposições Gerais

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCUMPRIMENTO DA CCT

O não cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho, acarretará a empresa infratora multa ora estabelecida em um piso da categoria, multiplicado pelo número de empregados e cláusulas descumpridas. Em caso de reincidência, será o valor dobrado. Fica ainda convencionado que a multa reverterá 60% (sessenta por cento) para os trabalhadores prejudicados e 40% (quarenta por cento) para o Sindicato representante da categoria profissional.

Outras Disposições

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - HORÁRIO ESPECIAL DEZEMBRO

1. DATA BASE 2019.2020

1. Salvo quando a Legislação Municipal dispuser de horário mais flexível, os empregados no Comércio Varejista e Atacadista, poderão ter seus horários de trabalho prorrogados por duas horas, no mês de Dezembro de 2019:

- a) De Segunda a Sábado, de 02 a 07 de Dezembro, até às 20:00 hs (exceto Domingos e Feriados);
- b) De Segunda a Sábado, de 09 a 14 de Dezembro, até às 22:00 hs (exceto Domingos e Feriados);
- c) De Segunda a Sábado, de 16 a 21 de Dezembro, até às 22:00 hs
- d) Dias 24 e 31 de Dezembro até às 16:30 horas;
- e) Dias 01, 08, 15 e 22 de Dezembro, das 7:00 às 17:00 horas;

2. DATA BASE 2020.2021

1. Salvo quando a Legislação Municipal dispuser de horário mais flexível, os empregados no Comércio Varejista e Atacadista, poderão ter seus horários de trabalho prorrogados por duas horas, no mês de Dezembro de 2020:

- a) De Segunda a Sábado, de 01 a 05 de Dezembro de 2020, até às 20:00 hs (exceto Domingos e Feriados);
- b) De Segunda a Sábado, de 07 a 12 de Dezembro de 2020, até às 22:00 hs (exceto Domingos e Feriados);
- c) De Segunda a Sábado, de 14 a 23 de Dezembro de 2020, até às 22:00 hs.
- d) Dias 24 e 31 de Dezembro de 2020, até às 16:30 horas;
- e) Dias domingos 06, 13, 20 de Dezembro de 2020 das 7:00 às 17:00 horas;

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Quando da solicitação pelo empregado, mesmo após a rescisão contratual, do preenchimento de formulário relativo à concessão de benefício previdenciária vinculados a informação inerente ao período de trabalho na empresa, a mesma não poderá deixar de fazê-lo, sob pena de indenização dos prejuízos advindos da negativa de fornecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS

As carteiras de trabalho serão anotadas e devolvidas aos empregados, mediante recibo até 48 (quarenta e oito) horas após sua admissão ao emprego, e nelas registradas sua função, remuneração e os percentuais de comissão eventualmente paga e ainda com os seguintes

dados:

Parágrafo 1º. CNPJ ou CEI do empregador, razão social, endereço da empresa, espécie de estabelecimento, assinatura e identificação do responsável;

Parágrafo 2º. É obrigatório o fornecimento aos empregados, de recibos de pagamento (holerite ou documento similar), informando os valores pagos, salário, horas extras, prêmios, RSR e outros, além dos descontos, adiantamento, FGTS e outros descontos;

Parágrafo 3º. Qualquer documento solicitado pelo empregador/ empresa ou entregue pelo empregado, de qualquer natureza, deverá ser recebido mediante comprovante (recibo);

Parágrafo 4º. Recomenda-se aos empregadores que solicitem aos seus empregados tanto para os casados, como os solteiros, a Certidão de Nascimento de seus filhos que tenham ou venham a ter durante o vínculo empregatício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMERCIO VAREJISTA EM GERAL

As empresas dos demais ramos de atividades, que não estejam autorizadas ao trabalho nos domingos e feriados, e que pretendam convocar seus trabalhadores nestes dias, deverão buscar a realização de acordo coletivo de trabalho junto a entidade laboral.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - BANCO DE HORAS

Poderá ser instituído o Banco de Horas, mediante as condições a seguir enumeradas:

a) As empresas que pretenderem a modalidade, farão comunicação prévia com prazo mínimo de vinte dias às entidades signatárias informando a pretensão data da previsão de implantação, forma de compensação, setores envolvidos e o prazo de aplicação da modalidade. Caberá ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Aquidauana, através de seus representantes, às explanações e esclarecimentos das dúvidas porventura existentes junto aos empregados, devendo a empresa proporcionar as condições para a realização da reunião com estes, quando será deliberado sobre a conveniência ou não da implantação.

b) A jornada de trabalho não poderá exceder a 10:00 hs. diárias, conforme preceitua a Lei nº 9601/98. As horas a serem compensadas constarão nos recibos de pagamentos e na deliberação da entidade laboral com os empregados, serão estabelecidas condições a serem cumpridas pelos empregados e estas constarão obrigatoriamente além da forma de compensação, os percentuais de pagamento das horas porventura não compensadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ESTUDANTES

Os empregados estudantes, durante o período escolar, em nenhuma hipótese poderão sair do trabalho após às 18:00hs.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - UNIFORME

As empresas ficam obrigadas a fornecer gratuitamente a seus empregados uniforme de trabalho, quando de uso obrigatório, com logotipo ou marca da empresa, impresso ou serigrafado no mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LITÍGIOS



Os litígios da presente Convenção, bem como as dúvidas e casos omissos, inclusive às AÇÕES DE CUMPRIMENTO, terão como Fórum competente, a JUSTIÇA DO TRABALHO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DENUNCIAS

Os signatários, pactuam, que as entidades participem do atendimento às denúncias do não cumprimento da presente CCT com orientação, e inclusive, verificação junto aos denunciados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - REVISÃO

As partes signatárias comprometem-se em durante o primeiro semestre de vigência da presente CCT a reunirem-se a avaliação e possível revisão no que couber a época.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DURAÇÃO

A presente Convenção terá prazo de vigência de 02 (dois) anos, de 01/11/2019 e término em 31/10/2021, podendo ser prorrogada conforme procedimento previsto no Artigo 615 da CLT.

O presente adendo aplica-se ao período de vigência complementar de 01/11/2020 a 31/10/2021, permanecendo as cláusulas gerais e em especial as que dizem respeito ao período de 01/11/2019 a 31/10/2020;

E, por estarem certos e contratados nas Cláusulas e Parágrafos da presente Convenção, que é considerada firme e valiosa para abranger por seus dispositivos, todos os Contratos de trabalho individuais dos componentes de Classe e Categoria na Base Territorial cita na cláusula segunda os representantes das partes contratantes assinam a presente.

E, por estarem certos e contratados nas Cláusulas e Parágrafos da presente Convenção, que é considerada firme e valiosa para abranger por seus dispositivos, todos os Contratos de trabalho individuais dos componentes de Classe e Categoria na Base Territorial cita na cláusula segunda os representantes das partes contratantes assinam a presente.

CAMPO GRANDE (MS), 01 DE DEZEMBRO DE 2020.



DOUGLAS RODRIGUES SILGUEIRO
Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE AQUIDAUANA MS



EDISON FERREIRA DE ARAUJO
Presidente

FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL